

1) De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8.069/90, toda criança tem direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. A respeito dos demais direitos fundamentais das crianças e adolescentes estabelecidos pelo ECA, é CORRETO afirmar que:

- a) Em casos de internação de criança, o estabelecimento de saúde deverá propiciar condições de permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, enquanto nos casos de internação de adolescente, será permitida a permanência somente nos horários destinados à visita;
- b) O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos;
- c) O direito à convivência familiar garante à criança e ao adolescente nessa ordem, a preferência de ser criado no seio de sua família natural, substituta e, em último caso, na sua família ampliada;
- d) O direito à liberdade de opinião e expressão é garantido unicamente ao adolescente, não se estendendo à criança.

2) Na aplicação das medidas específicas de Proteção, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, também são princípios que regem a aplicação dessas medidas:

I - Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal;

II - Proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares;

III - Responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;

IV - Interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

Está (ão) CORRETA (s):

- a) Apenas I
- b) II e III
- c) Todas
- d) III e IV

3) Análise de caso: O Conselho tutelar foi informado sobre uma situação de negligência envolvendo o adolescente Pedro, de 12 anos, que passa a maior parte do tempo sozinho no domicílio, sem alimentação e cuidados necessários, visto que seu responsável faz uso abusivo de drogas e pratica atividades ilícitas relacionadas ao tráfico na comunidade onde reside. Foi realizada uma busca pela rede parental na tentativa

de mantê-lo no convívio familiar, porém foi identificado que sua genitora é falecida, seus irmãos maternos encontram-se em instituições de acolhimento e demais familiares que foram localizados, não manifestaram o desejo de recebê-lo. Conforme estabelece o ECA, se no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender que é necessário o afastamento do convívio familiar deverá proceder da seguinte forma:

- a) Comunicará o fato à Defensoria Pública, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- b) Acionará o CREAS prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento, para que este equipamento tome as providências necessárias para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- c) Comunicará o fato diretamente ao Poder Judiciário, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- d) Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

4) Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Essa garantia de prioridade compreende, EXCETO:

- a) Destinação sem privilégio de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- b) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- c) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- d) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

5) A adolescente Vanessa, de 13 anos, costuma postar suas fotos dos momentos de lazer em rede social, inclusive quando está na praia ou piscina. Contudo, a adolescente identificou que suas fotos de biquíni foram alteradas e publicadas em um site de pornografia por um adulto. Diante do caso apresentado, podemos nos remeter ao Estatuto Criança e Adolescente, que estabelece que oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio do sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente pode gerar a seguinte pena:

- a) Reclusão de 2 (dois) a 7 (sete) anos;
- b) Multa de 10 (dez) salários mínimos;
- c) Reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa;
- d) Reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

6) Mateus, de 14 anos, estava a passeio no Município de Margarida com mais 02 amigos: Vitor de 17 anos e Júnior de 18 anos, quando foram apreendidos pela prática do ato infracional análogo ao crime tipificado no Art. 157 do Código Penal. Porém, Mateus reside com os seus pais no Município de Flor do Campo, enquanto Vitor e Júnior residem no Município Jardim Florido.

Considerando as informações acima e o Estatuto da Criança e Adolescente, é CORRETO afirmar que o Mateus:

- a) Será levado a julgamento pelo juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca do Município de Flor do Campo, uma vez ser o Município em que reside com os seus pais;
- b) Será levado a julgamento pelo juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca do Município de Margarida em decorrência do local onde se deu a prática do ato infracional;
- c) Será levado a julgamento pelo juízo da Comarca do Município de Jardim Florido, pois deverá ser considerada a Comarca referente ao domicílio do maior de idade envolvido no ato infracional;
- d) Será levado a julgamento pelo juízo da Infância e Juventude da Comarca a critério da promotoria de justiça que poderá considerar o local da prática do ato infracional ou o Município de residência dos infratores.

7) Sophia é uma criança de 07 anos, que sofreu diferentes formas de violência (física e verbal) durante a convivência com seus pais. Diante da denúncia acerca da situação por ela vivenciada, a equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS que atende o território onde a família reside, realizou uma busca ativa, iniciou o acompanhamento da família e ao identificar que realmente a criança estava sofrendo violação de direitos, acionou o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS. As diferentes estratégias utilizadas pela rede de atendimento e proteção à criança não foram suficientes para garantir sua permanência no convívio familiar de forma segura, o que culminou no rompimento dos vínculos familiares. Assinale a alternativa que indica corretamente o procedimento determinado pelo Estatuto da Criança e Adolescente - Lei nº 8.069/90, a ser realizado no caso de necessidade de afastamento da criança do convívio familiar:

- a) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, implicando em privação de liberdade;
- b) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o ECA, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva do Conselho Tutelar e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e de ampla defesa;
- c) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de Guia de Acolhimento, expedida pelo Conselho Tutelar;
- d) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de

promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.

8) Rosana foi condenada há 08 anos de detenção em regime fechado em um centro de Referência Feminina, deixando seus três filhos menores sob os cuidados da avó materna, sendo um deles recém-nascido. Ao levar as crianças para visitação, a avó foi impedida de entrar com as crianças e ao recorrer à direção da unidade de detenção, foi informada que as crianças não poderiam permanecer no referido local. Diante deste caso, seria CORRETO afirmar que a avó materna poderia recorrer em relação a esta decisão e com base no Estatuto da Criança e Adolescente:

- a) As crianças somente poderão realizar visitas mediante autorização prévia da direção das unidades de detenção em horário programado e após avaliação do serviço social da referida instituição;
- b) As crianças somente poderão realizar visitas mediante autorização judicial, que deverá ser requerida pela avó materna junto ao Juízo da Vara da Infância e Juventude;
- c) As crianças não poderão realizar visitas nas unidades de detenção, tendo em vista que se trata de um ambiente inadequado;
- d) As crianças poderão visitar a mãe periodicamente, independente de autorização judicial.

9) Em relação à apuração de ato infracional atribuído a adolescente e, considerando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é CORRETO afirmar que:

- a) Uma vez oferecida a representação pelo Ministério Público, o prazo improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 30 (trinta) dias;
- b) Uma vez oferecida a representação pelo Ministério Público, o prazo improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 (quarenta e cinco) dias;
- c) Independente do ato infracional praticado, em caso de flagrante, deve a autoridade policial lavrar o auto de apreensão do adolescente;
- d) A representação a ser oferecida pela Defensoria Pública depende de prova pré-constituída da autoria e da materialidade.

10) A medida socioeducativa de internação, conforme dispõe o ECA, constitui em medida privativa da liberdade sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Neste sentido, podemos afirmar que:

- a) Não será permitida em nenhuma hipótese a realização de atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário ou a critério da equipe técnica da entidade;
- b) A medida socioeducativa de internação terá prazo determinado, devendo a sua manutenção ser reavaliada mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 04 (quatro) meses;
- c) Em nenhuma hipótese o período máximo da medida socioeducativa de internação excederá a 03 (três) anos;

d) Haverá a liberação compulsória aos 18 anos de idade.

11) Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, em relação à Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos, é INCORRETO afirmar que é garantido à criança e ao adolescente:

- a) As crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsáveis, exceto com autorização por escrito;
- b) Acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária;
- c) Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição;
- d) Revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

12) De acordo com a Lei 8069/90, sobre o Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho: ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - Noturno realizado entre as vinte e três horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;

II - Perigoso, insalubre ou penoso;

III - Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento psíquico, moral, social e econômico;

IV - Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Assinale a alternativa que indica as afirmações CORRETAS:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) II e IV
- d) I e III

13) Em uma maternidade na Cidade do Rio de Janeiro, a Sra. Joana manifesta o desejo de entregar Laura, sua filha recém-nascida para adoção. Assim, Joana é encaminhada para a Vara da Infância e Juventude, após ser atendida por uma assistente social e por uma psicóloga, é ouvida em uma audiência com a assistência de defensor público e na presença do Ministério Público, afirmando desconhecer o pai da criança e não ter contato com sua família, que vive no interior da Bahia há 05 anos. Sendo assim, no que se refere à adoção, o Estatuto da Criança e Adolescente determina que:

- a) A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e adotante e fundar-se em motivos legítimos;
- b) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam

desconhecidos, tenham sido destituídos do poder familiar ou não tenham condições financeiras para manter o sustento da criança ou adolescente;

- c) Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão;
- d) A adoção é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

14) Em uma escola municipal do interior do Rio de Janeiro, foi identificado que um grupo de alunos adolescentes na faixa de 14 a 15 anos, estavam usando substâncias psicoativas na quadra de esportes durante os intervalos das aulas. O coordenador de turno encaminhou os adolescentes à direção da escola, para que fossem tomadas as medidas cabíveis. No decorrer dos desdobramentos, as autoridades competentes identificaram que as substâncias psicoativas eram fornecidas por adultos de uma comunidade próxima à escola. Considerando o Estatuto da Criança e Adolescente: vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar ainda que gratuitamente, de qualquer forma a criança ou ao adolescente, bebida alcoólica ou sem justa causa, outros produtos, cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica pode gerar a seguinte pena:

- a) Detenção de 2 (dois) anos a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave;
- b) Detenção de 3 (três) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave;
- c) Detenção de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa, se o fato constituir crime mais grave;
- d) Detenção de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, se o fato constituir crime mais grave.

15) Considerando as alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO está em consonância com a Lei 8.069/90 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

- a) Considera-se criança, para os efeitos dessa Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade;
- b) Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas com deficiência entre dezoito e vinte anos de idade;
- c) A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata essa Lei;
- d) Os direitos enunciados nessa Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

16) Ana é uma criança de 10 anos de idade, que há cerca de 05 anos não convive com sua família, devido à uma situação de grave violação de direito que culminou no rompimento definitivo dos vínculos familiares e

portanto a destituição do Poder Familiar. Um casal estrangeiro, veio passar férias no Brasil e acabou prolongando sua estadia por desejarem adotar uma criança brasileira e levá-la para a Itália. Considerando as afirmações abaixo, assinale aquela que NÃO está em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, no que se refere à saída da criança do seu país de origem:

- a) Cuidando-se de pedido de adoção formulado por estrangeiro residente ou domiciliado fora do país, a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção ou guarda provisória;
- b) A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil, somente terá lugar, quando restar comprovado que a colocação em família adotiva é a solução adequada ao caso concreto;
- c) Sem prévia e expressa autorização judicial nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional, poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior;
- d) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência será de no mínimo 30 (trinta) dias e no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

17) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção CORRETA:

- a) Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada;
- b) A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 (sessenta e cinco) dias;
- c) O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada;
- d) Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

18) Em uma Escola Municipal do interior da Paraíba uma merendeira identificou que o aluno Rafael, de 11 anos, estava chorando no refeitório durante o recreio e ao abordá-lo para oferecer ajuda, observou que possuía hematomas em seu braço. Ao perguntar sobre a origem do hematoma, o aluno informou ter sido agredido pelo seu padrasto no dia anterior e ressaltou que tais agressões ocorrem com frequência, principalmente quando seu padrasto chega alcoolizado ao domicílio. A criança pediu que a merendeira não levasse o caso adiante, pois temia sofrer uma reação ainda mais agressiva por parte do padrasto. Neste caso, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, a merendeira deve:

- a) Acatar o pedido da criança e não divulgar a informação recebida, no intuito de evitar uma possível reação ainda mais agressiva por parte do padrasto;
- b) Ciente do fato, poderá acionar o órgão competente, independente de levar o caso previamente à professora ou direção;
- c) Repassar o caso à professora ou diretora do aluno em questão, visto que somente as mesmas poderão acionar o órgão competente, através de relatório descritivo;

- d) Não deve tomar nenhuma medida, pois não é de sua competência, uma vez que o fato ocorreu fora da escola.

19) Conforme disposto no ECA, a Lei Municipal ou Distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais são assegurados os direitos:

I - Cobertura Previdenciária;

II- Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 do valor da remuneração mensal;

III- Licença maternidade;

IV - Gratificação por tempo de serviço.

Considerando as afirmações acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as alternativas III e IV estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão corretas;
- c) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- d) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

20) De acordo com Estatuto da Criança e Adolescente, a fiscalização das entidades de atendimento serão realizadas através do:

- a) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar;
- b) Conselho Estadual de Direitos e Judiciário;
- c) Conselho Municipal de Direitos e Ministério Público;
- d) Judiciário, Conselho Estadual de Direitos e Conselho Tutelar.

21) De acordo com o ECA, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Fiscalização do Ministério Público. Em relação ao referido processo de escolha, é correto afirmar, EXCETO:

- a) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;
- b) A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no 10º dia útil de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;
- c) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal, de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

d) A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subseqüente ao processo de escolha.

22) Conforme estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente, as entidades de atendimento não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Será negado o registro à entidade que:

I - Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II - Não apresente plano de trabalho compatível com os interesses e planejamento do Conselho Tutelar;

III - Esteja irregularmente constituída;

IV - Tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

Assinale a alternativa que indica as afirmações que estão CORRETAS:

- a) Somente a II e III estão corretas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Somente a I, III e IV estão corretas;
- d) Somente a I, II e IV estão corretas.

23) Com base nas opções abaixo, assinale a alternativa que apresenta as afirmações com alterações ocorridas no Estatuto da Criança e Adolescente de forma CORRETA:

I – A alteração do artigo 132 promovida pela Lei nº 13.824/19 permite a recondução ilimitada dos membros do Conselho Tutelar;

II – O tratamento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, a definição de condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratamento do financiamento das políticas sobre drogas, bem como outras providências foi incluído através do artigo 53-A pela Lei nº 13.840/19, alterando a Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006;

III – Com as alterações promovidas pela Lei 13.812/19 a nova redação do artigo 83 deixou expresso que nenhuma criança/adolescente menor que 16 anos de idade poderá viajar para fora da comarca onde residia, desacompanhado dos pais ou responsável legal, sem a devida autorização judicial;

IV – Conforme alteração promovida pela Lei 13.798/19 foi incluído o artigo 8º-A, instituindo Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

Está (ão) CORRETA (s):

- a) Todas
- b) Apenas I
- c) II e III
- d) III e IV

24) Nos casos em que crianças e adolescentes sofrerem (hipótese) maus-tratos ou abuso sexual por parte dos pais ou responsável, o ECA dispõe que a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar:

- a) O encaminhamento do agressor a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- b) O afastamento do menor da moradia comum;
- c) O afastamento do agressor da moradia comum;
- d) A advertência ou suspensão do Poder Familiar.

25) A Sra. Maria possui seis filhos, sendo dois adolescentes e quatro crianças. Sua única renda é proveniente do Programa Bolsa Família, sendo a mesma insuficiente para manter todas as despesas com aluguel e alimentação dos filhos. O pai das crianças possui paradeiro desconhecido, o que inviabiliza sua convocação por parte da Defensoria Pública para processo de Pensão Alimentícia. Residem em imóvel interditado pela Defesa Civil por ser área de risco de desabamento e a situação se agravou nos últimos meses, já que seu filho mais novo, o João, de 04 anos, foi diagnosticado com uma doença neurológica, que demanda acompanhamento multidisciplinar por parte da saúde e uso de medicamentos de alto custo que não estão disponíveis na rede de saúde do seu município. Considerando a situação de falta de alimentação, moradia em área de risco e, no caso do João, dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde imprescindíveis ao seu desenvolvimento, qual das opções abaixo seria uma atribuição do Conselho Tutelar nesse caso, conforme estabelece o Estatuto da Criança e Adolescente:

- a) Encaminhar o caso à autoridade judiciária para destituição do poder familiar e possível acolhimento das crianças;
- b) Requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- c) Encaminhar o caso ao CREAS e Ministério Público, uma vez que as crianças são negligenciadas por parte de sua mãe, que não possui recursos financeiros para suprir as necessidades básicas das mesmas;
- d) Acionar os demais familiares das crianças que possuam maiores recursos financeiros e possam ficar responsáveis pelas despesas, para garantia do acesso à alimentação e medicamentos.

26) Ao passar por um parque, um Conselheiro Tutelar que está a caminho de uma visita domiciliar, observa Laura, punindo seu filho João por meio de palmadas e agressões verbais, por ele não emprestar sua bola para os amigos. As demais mães presentes demonstram uma divisão de opiniões, já que enquanto algumas apoiam e concordam com a ação da Laura, considerando seus atos um processo educativo, outras mães criticam e demonstram indignação com o ocorrido, já que se tratava de uma criança de apenas 4 anos de idade. Diante do caso exposto, qual seria o papel do Conselho Tutelar:

- a) Requisitar a Polícia Militar para conduzir Laura à Delegacia de Polícia e, após a atuação policial, dar o caso por encerrado;
- b) Não intervir, já que Laura está exercendo o seu poder de correção, decorrência do atributo do poder familiar;
- c) Intervir imediatamente, prestando orientações e analisar se seria recomendável a aplicação de uma das medidas previstas no ECA;

- d) Apenas colher elementos para ingressar em Juízo com uma representação administrativa por descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar.

27) Conforme o Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8069/90, a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, em quais procedimentos:

- a) Adoção e Tutela, inclusive nos casos de Adoção por estrangeiros;
- b) Curatela e Tutela;
- c) Tutela e Adoção, exceto nos casos de Adoção por estrangeiros;
- d) Adoção e Curatela.

28) No hospital do interior de São Paulo, o médico plantonista da pediatria atendeu uma criança de 03 anos com fortes indícios de maus tratos e agressões físicas, porém, como já estava no fim do seu plantão, deixou de comunicar o caso à autoridade competente. Neste caso, esse profissional estará sujeito a qual penalidade prevista no Estatuto da Criança e Adolescente:

- a) Multa de 10 (dez) a 15 (quinze) salários mínimos de referência e em caso de reincidência, aplicando-se o dobro desses valores;
- b) Multa de 03 (três) a 20 (vinte) salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência;
- c) Reclusão de 01 (um) ano e multa de 20 (vinte) salários mínimos de referência;
- d) Reclusão de 06 (seis) meses e multa de 10 (dez) a 15 (quinze) salários mínimos de referência.

29) O adolescente Jeferson, de 14 anos, praticou um ato infracional e a autoridade competente (Juiz) poderá aplicar as seguintes medidas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente, EXCETO:

- a) Advertência;
- b) Liberdade Assistida;
- c) Internação em unidade prisional, dependendo da gravidade do delito;
- d) Internação em estabelecimento educacional.

30) Um casal de empresários do ramo imobiliário tinha um filho biológico e resolveu adotar uma menina. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, após o falecimento do casal, a empresa e imóveis que possuíam deverão ser partilhados de que forma:

- a) O filho biológico tem preferência na partilha, já que os laços sanguíneos determinam tal prioridade;
- b) A herança deve ser dividida igualmente entre os dois filhos, já que a adoção atribui a condição de filha à adotada, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios;

- c) A filha adotiva não tem direito à herança, exceto nos casos em que o adotante manifestar em testamento seu desejo de incluí-la na partilha.
  
- d) A filha adotiva tem preferência na partilha, caso seja mais velha que o filho biológico.